

# **○ FERROVIÁRIO**

**JORNAL DA FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS FERROVIÁRIOS**

Nº 27 ★ MARÇO DE 1977

## **FERROVIÁRIOS**

# **PLENÁRIO NACIONAL**

**2 de Abril  
às 15 horas**

**INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO  
(Salão Nobre)  
Alameda Afonso Henriques  
LISBOA**

**NESTE NÚMERO**

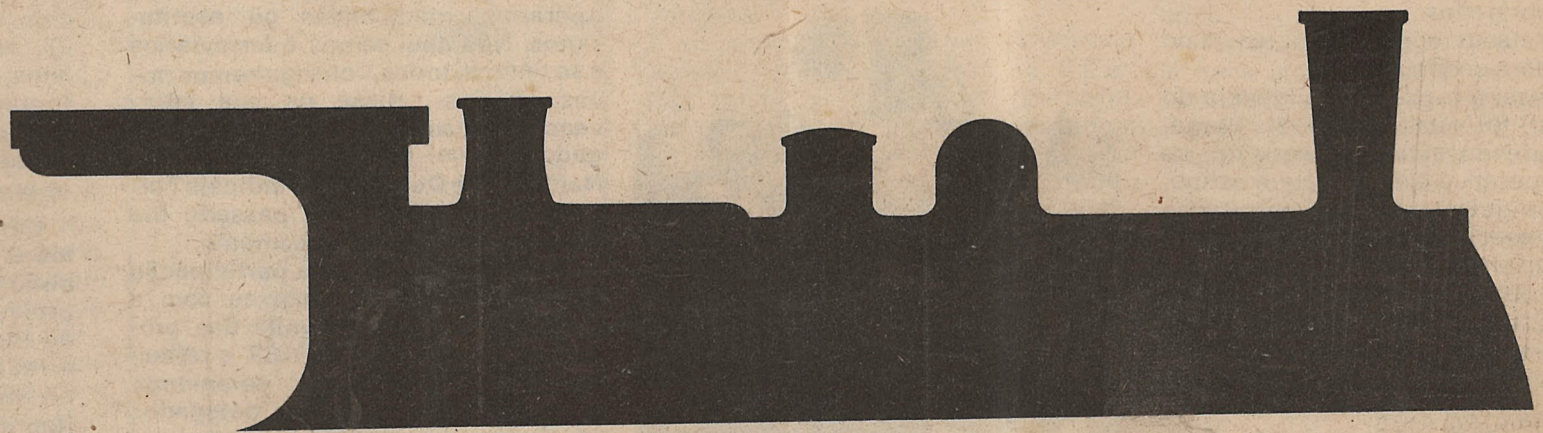
**ENTREVISTA  
AO SECRETARIADO  
DA FEDERAÇÃO**

**PÁG 4**

**NÓS  
OS PORTUGUESES,  
A C.E.E.  
E A ESTRATÉGIA  
DO CAPITALISMO**

**PÁG 3**

# **ACT 77**



**FERROVIÁRIO NÃO FALTES A TUA PARTICIPAÇÃO É INDISPENSÁVEL  
PARA AVANÇARMOS COM O NOSSO A.C.T.**

## editorial

O facto de as forças fascistas, perante a impunidade com que actuam, se irem lançando em investidas cada vez mais arrojadas, deve alertar todos os trabalhadores para a necessidade de reforço da sua unidade. Pois essa é a barreira que poderá impedir que tais forças atinjam os seus objectivos.

Até porque se o conseguissem, hoje como no passado, seriam os trabalhadores as suas vítimas.

Aqueles que desde o 25 de Abril de 1974, tudo têm feito para impedir o avanço do processo revolucionário, quer pela sabotagem, quer pela intriga, a calúnia e o boato, quer pela conspiração, quer pelo terrorismo, sentem-se animados pelas cedências do governo às suas exigências.

A cada cedência nova exigência e em grau sempre crescente. Daí que cada dia se agravem mais as condições de vida dos trabalhadores. Temos portanto de unir cada vez mais as nossas forças num combate sem tréguas contra os saudosos do passado que tudo tentam para nos fazer regressar a ele. Para o fazer temos forças suficientes, basta que nos mobilizemos e conjuguemos os nossos esforços.

As soluções para os problemas com que os trabalhadores se defrontam estão indicadas no Caderno Reivindicativo imediato dos Trabalhadores Portugueses, que após profunda discussão em centenas de reuniões em todo o País, foi discutido e aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos.

A nossa tarefa número um neste momento é exigir a sua concretização na prática. Nesse sentido iniciou a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional a sua negociação junto do Governo, no que tem de ter o apoio de todas as estruturas sindicais e dos trabalhadores em geral.

Lutar pelo Caderno Reivindicativo Imediato dos Trabalhadores Portugueses é lutar pela resolução dos nossos problemas comuns e portanto é em comum que temos de os resolver.

É o combate ao desemprego, que apesar de todas as promessas continua a aumentar; é a luta pela contratação colectiva que continua a ser boicotada, o que representa o congelamento dos salários; é a luta contra o aumento do custo de vida e a falta de alguns produtos; é a luta por uma política salarial que garanta a manutenção do poder de compra dos trabalhadores; é a luta por melhores condições sociais

de vida, em que a Previdência, as Reformas, e a habitação são os aspectos mais gritantes; é a luta contra a falta de apoio sistemático às cooperativas e empresas em auto-gestão; é a defesa da Reforma Agrária contra os ataques que sofre dia-a-dia e se traduzem na diminuição da produção e no aumento do desemprego, cujas consequências são sofridas por todos os trabalhadores; é a luta contra a devolução das empresas intervencionadas ao patronato sabotador, após a sua recuperação total ou parcial pelos trabalhadores e a falta de reestruturação do sector nacionalizado; é a luta pelo controlo operário que apesar de já em muitos locais de trabalho se vir a realizar, tentam liquidar pela via administrativa com uma regulamentação para as Comissões de Trabalhadores em que pretendem transformá-las em polícia de trabalhadores; é a defesa dos direitos constitucionais dos trabalhadores para que não se continue a legislar contra os seus interesses e a negar a sua participação na elaboração das leis que lhes dizem respeito, conforme lhes é garantido pela Constituição.

É nestas dez frentes de combate que temos de lutar neste momento pois todas elas se interligam e correspondem realmente ao conjunto dos problemas com que nos debatemos.

Entre eles, porém, a contratação colectiva e o custo de vida ressaltam como os mais preocupantes actualmente e sobre os quais há que desenvolver maiores esforços.

Nós Ferroviários, além de enfrentarmos diariamente o aumento de preços como os outros trabalhadores, temos a curto prazo a negociação de um novo A. C. T.

Quanto ao custo de vida, temos de participar activamente nas jornadas de luta que se vão desenvolvendo neste campo.

Quanto ao A. C. T. devemos ter presente que só o realismo nas reivindicações, a condução correcta das lutas e fundamentalmente a nossa unidade em volta dos nossos Sindicatos tornou possíveis as vitórias alcançadas nas negociações de 1975 e 1976.

No momento actual, as condições políticas fazem prever maiores dificuldades do que no passado pelo que a nossa unidade em torno das nossas organizações sindicais terá de ser cada vez mais forte.

Os nossos inimigos tudo fazem para nos ver divididos, mas, como no passado saberemos dar a resposta correcta.

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

## OS TRABALHADORES EM LUTA

### TÊXTEIS

Os trabalhadores do sector têxtil decidiram no dia 6 de Março, em reuniões efectuadas em todo o País, suspender as paralisações de trabalho que vinham fazendo desde há um mês, como forma de luta para pressionar o patronato a negociar, sem boicotes, o contrato colectivo de trabalho único e vertical. (Ler o «Ferroviário» n.º 26, pág. 2).

A decisão foi tomada uma vez que o patronato se resolveu finalmente a sentar à mesa das negociações. Os trabalhadores procuraram assim criar um clima que possibilitasse à Comissão Negociadora Sindical (CNS), aos representantes das entidades patronais e ao Governo, o prosseguimento das negociações.

Os trabalhadores têm-se mantido constantemente mobilizados e discutido nas reuniões convocadas pelas direcções sindicais todos os passos das negociações, prontos a encontrar novas formas de luta se a tal forem obrigados.

Entretanto o patronato tem sido obrigado a ceder:

Assim o prazo de vigência do contrato, foi estabelecido em 12 meses, podendo estar em vigor 18, se a lei imperativa existente, que estipula o congelamento da contratação por 6 meses, não for revogada entretanto (D.L. n.º 49-A/77).

Um outro ponto pelo qual a Comissão Negociadora Sindical se vai bater é a retroactividade a partir de Janeiro de 1977.

### CONSTRUÇÃO CIVIL

A luta dos trabalhadores da Construção Civil, pelo C. C. T. V. (Contrato Colectivo de Trabalho Vertical) arrastase já há cerca de 20 meses.

Neste momento e após recusas

sucessivas do patronato em aceitar as reivindicações dos trabalhadores, estes têm a promessa do Ministro da Habitação, Urbanização e Construção de que mesmo em caso de negativa do patronato do sector, a nova tabela salarial seria aplicada por via administrativa, sendo a sua publicação efectuada no Boletim do Ministério do Trabalho, no dia 8 de Março.

Esta promessa do Ministro, que até ver ainda não foi cumprida, foi feita no dia 3 de Março, em que os trabalhadores tinham decidido fazer greve a partir do meio-dia, greve essa que tinha sido considerada pelo Ministro da Habitação como uma greve política.

Essa acusação foi repudiada pelos trabalhadores, cujas tabelas sala-



riaes estão em vigor, embora com algumas correcções, há quase três anos e cujo CCTV está praticamente congelado há 20 meses.

A CGTP-IN emitiu no dia 4 de Março um comunicado apoiando

totalmente a luta dos trabalhadores da Construção Civil saudando-os «pelo alto exemplo de consciência de classe, combatividade e organização demonstrados» durante a paralisação no dia 3.

## PLENÁRIO NACIONAL DE D.S. FERROVIÁRIOS



«Nós aqui não somos factores, operários, maquinistas ou escrivãos. Nós aqui somos é ferroviários e só unidos, todos, conseguiremos novas vitórias», disse na sua intervenção o camarada Abelâmio, delegado sindical do Norte, no Plenário Nacional de Delegados Sindicais Ferroviários, realizado no passado dia 10 deste mês no Entroncamento.

O plenário, que teve a participação de 278 delegados, decorreu com a discussão animada à volta das propostas de alteração do ACT e reflectiu, no seu conjunto, serenidade e realismo por parte dos delegados sindicais e foi mais uma machadada nas tentativas de divisão dos Ferroviários.

Após esta reunião com os delegados, presidida pelo Secretariado da Federação, que esclareceu e justifi-

cou as propostas de alteração feitas com vista à reivindicação do ACT 77, as direcções sindicais saíram a linha, aos locais de trabalho, onde fizeram várias dezenas de reuniões com os trabalhadores, com o objectivo de esclarecer e tentar enriquecer as propostas da Federação

Uma vez recolhidas e compiladas todas as propostas de alteração, elaborar-se-á o projecto do ACT 77 Este projecto será posto à consideração do Plenário Nacional de Ferroviários a realizar no próximo dia 2 de Abril no Instituto Superior Técnico (Salão Nobre), donde sairá o projecto que se irá negociar com a CP

Portanto, Ferroviário, participa na discussão do futuro ACT e aparece no dia 2 de Abril a dar o teu apoio ao projecto definitivo.